



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 025/13


Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Irineu Rodrigues, Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular do Paraná.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Irineu Rodrigues, Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular do Paraná.

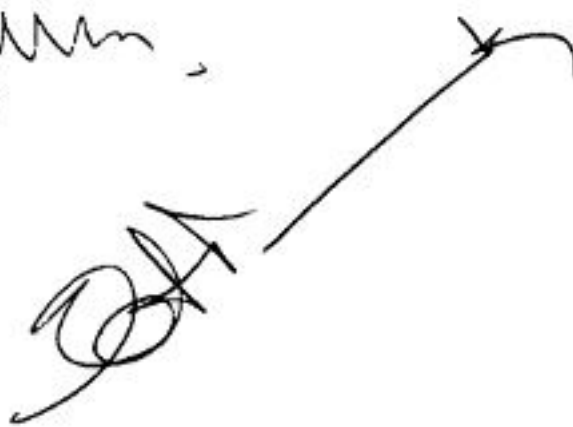
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de abril 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 002/13

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de novembro de 2012.

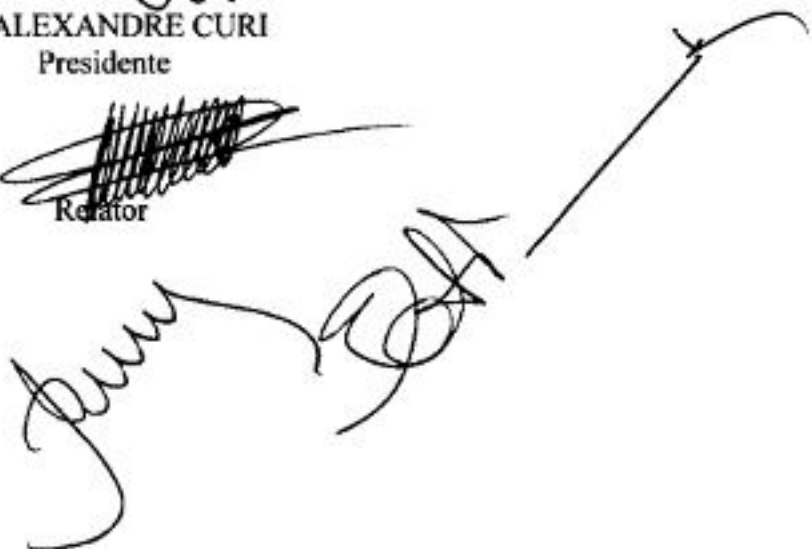
Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de abril 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 003/13


Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de dezembro de 2012.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de dezembro de 2012.

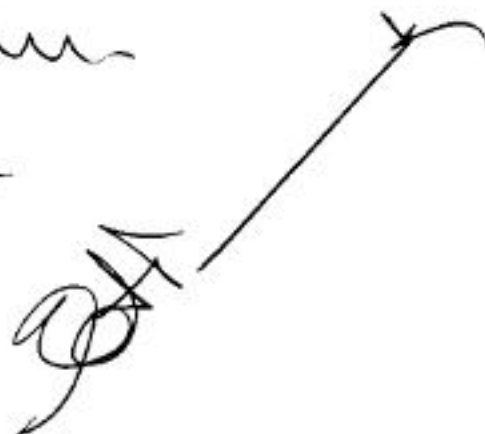
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de abril 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







DEP. PÉRICLES DE MELLO.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Projeto de Lei nº

141/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 ABR 2012

Ruy
1º Secretário

SÚMULA: Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Art. 1º - O Estado do Paraná, quando da formulação e implementação da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, se pautará pelas diretrizes nesta lei elencadas, para sua aplicabilidade e consecução.

§1º Para efeitos desta Lei, será considerada pessoa com Transtorno de Espectro Autista aquela com prejuízo na comunicação e nas relações sociais, conforme critérios clínicos definidos na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) e na Organização Mundial de Saúde (OMS).

§2º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. - *11.5 entre no art 23*

Art. 2º - As diretrizes desta Lei devem buscar a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aplicáveis através de convênios celebrados entre Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (SES-PR) / Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) e, sempre que possível, procurando envolver as Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Municipais de Educação e ainda a Universidades Federais e Estaduais e outras Instituições como Fundações e Associações.

Art. 3º - Quando da formulação e implantação das políticas públicas em favor das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, deve o Estado estabelecer as seguintes diretrizes junto às instituições de ensino por ele mantidas:

I - Utilizar profissionais/docentes das Universidades, de forma a auxiliar o Estado na formação de profissionais aptos a diagnosticar o Transtorno do Espectro Autista precocemente, por meio de cursos, palestras e programas de incentivo profissional;

II - Implementar a criação de um cadastro das pessoas autistas visando à produção de pesquisas que auxiliem as famílias.

III - Promover a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns de ensino regular, e garantir atendimento educacional especializado gratuito a esses educandos, quando apresentarem necessidades especiais e sempre que, em função de condições específicas, não for possível a sua inserção nas classes comuns de ensino regular, observando o disposto no



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Capítulo V - Da Educação Especial- do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Parágrafo Único - o Estado incentivará a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista e, ainda, indicará junto às Universidades do Estado, a inserção no seu quadro de disciplinas do estudo do Autismo em seus cursos de medicina e outros ligados à área de saúde.

Art. 4º - O poder público tem a responsabilidade de promover junto à comunidade, campanhas educativas e de conscientização acerca do Transtorno do Espectro Autista, buscando:

I - O auxílio na formulação de políticas públicas voltadas às pessoas com Transtorno de Espectro Autista;

II - o controle social da implantação das políticas públicas em favor do Autismo, com seu acompanhamento e avaliação, por meio da criação de Comitês Estadual e Municipal, compostos por representantes de Associações de Pais; das Sociedades de Pediatria; Neurologia Pediátrica; Neurologia; Psicologia; Universidades participantes; bem como representantes dos gestores públicos estaduais e municipais designados;

III - a contribuição e estimulação para inserção da pessoa portadora da do Transtorno de Espectro Autista no mercado de trabalho, observando-se as peculiaridades da deficiência e previsão da Lei nº8. 069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990;

Parágrafo único: As campanhas educativas e de conscientização acerca do Transtorno do Espectro Autista devem utilizar-se da TV e Rádio Educativa e processos comunitários.

Art. 5º - São direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - O acesso a medicamentos e exames médicos, quando necessário;

IV - O acesso à informação que auxilie nos seu tratamento e diagnóstico;

V- O acesso à educação e ensino profissionalizante;

VI - o acesso à moradia;

VII- o acesso à previdência social e à assistência social.

Art. 6º - A pessoa com TEA não será submetida a tratamento desumano ou degradante; não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar; nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, deverá ser observado o que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 7º - Fica instituído, no calendário do Estado do Paraná, o dia 2 de abril como o Dia de Conscientização do Autismo, data que já é reconhecida mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU).


Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Justificativa

O projeto tem como fim instituir, reforçar e assegurar os direitos das pessoas atingidas pelo espectro autista.

O autismo é um transtorno global de desenvolvimento, chamado também de transtorno do espectro autista. O Autismo caracteriza-se por uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais. Manifesta-se por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para a interação social; ausência de reciprocidade social; e falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. O portador do transtorno apresenta padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

O diagnóstico precoce e o tratamento são essenciais para a limitação das incapacidades associadas e para a integração social das pessoas com essa deficiência, já que, no Brasil, e como consequência no Estado do Paraná, a integração é extremamente precária.

A aceitação da comunidade e conhecimento acerca dos sintomas e características do autismo é de suma importância para que o portador possa se inserir na comunidade, conviver no ambiente escolar e profissionalizar-se.

O incentivo e qualificação dos profissionais especializados são essenciais. O tema não tem sido abordado nas Universidades de Medicina ou em outros cursos da área da saúde. Os profissionais da área de Educação, na sua maioria, não são preparados e não possuem qualquer conhecimento acerca do autismo, o que acaba por prejudicar de forma significativa e traumática o processo de inclusão nas redes regulares de ensino.

Conforme preceitua a Constituição Federal em seu artigo 23, é de competência comum legislar sobre tal matéria, prevendo que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Ainda, o artigo 196 da Carta Magna prevê:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Diante dos argumentos apresentados, o projeto de lei proposto encontra-se dentro da legalidade, o que pressupõe sua promulgação como forma do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



iniciar um processo efetivo de políticas públicas em prol do portador da do espectro autista.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




REQUERIMENTO

Súmula: Requer Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 141/2012.


Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 181, do Regimento Interno, **requer**, após ouvido o Douto Plenário, **Regime de Urgência** para a tramitação do Projeto de Lei nº 141/2012.

Sala das Sessões, em 05 de março de 2013.


Péricles de Mello
Deputada Estadual

Anote-se e encaminhe-se:
Para Providências
OL, 06/03/13





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 141/2012

PROJETO DE LEI Nº141/2013

AUTOR: DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO

RELATOR: CAITO QUINTANA

SÚMULA: Institui, no âmbito do Paraná, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

EMENTA: INSTITUI NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ A POLÍTICA ESTADUAL DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA. PARECER FAVORÁVEL. PELA APROVAÇÃO. CONSTITUCIONAL. EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo. Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por finalidade instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelecer diretrizes para sua consecução,

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a
Praça Nossa Senhora de Salette, s / nº - Edifício Pres. Tancredo Neves



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção e defesa da saúde, proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, conforme descrito no artigo 24 da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Conforme o disposto acima, vemos que é de competência concorrente do Estado e da União, o que quer dizer que não apenas o governo federal e o estado podem legislar, mas também a Assembleia Legislativa.

Ainda, amparando o entendimento acima, a Constituição Estadual prevê que a iniciativa das leis complementares e ordinárias, caberá a qualquer membro ou comissão da Assembleia, conforme o artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 141/2012


De acordo com o que determinam os artigos 137 §4º, e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, como relator do Projeto de Lei em questão, apresento emenda modificativa à Súmula, e aos artigos 2º e o inciso III do artigo 3º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

SÚMULA: Institui, no âmbito do Estado do Paraná, as diretrizes para a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Art. 2º - A intersetorialidade deve pautar o desenvolvimento das ações e das políticas, no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aplicáveis através de convênios celebrados entre Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (SES-PR) / Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) e, sempre que possível, procurando envolver as Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Municipais de Educação e ainda Universidades Federais e Estaduais e outras Instituições como Fundações e Associações.

Art. 3º(...)

III - Promover a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns de ensino regular.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CAIO QUINA
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 141/2012

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, institui no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista –TEA.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista –TEA, o diagnóstico precoce e o tratamento são essenciais para a limitação das incapacidades associadas e para a integração social das pessoas com essa deficiência, já que, no Brasil, e como consequência no Estado do Paraná, a integração é extremamente precária. A aceitação da comunidade e conhecimento acerca dos sintomas e características do autismo é de suma importância para que o portador possa se inserir na comunidade, conviver no ambiente escolar e profissionalizar-se.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.

DR. BATISTA,
Presidente

Relator
Péricles



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
sobre o projeto de Lei nº
141/2012, de autoria do
Deputado Péricles de Mello, o
qual *INSTITUI, NO ÂMBITO DO
ESTADO DO PARANÁ, A POLÍTICA
ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-
TEA*

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I- RELATÓRIO.

O Projeto de Lei (PL) nº 141/2012, de autoria do Deputado Péricles de Mello tem como objetivo instituir, no âmbito do Estado do Paraná, a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

- 1 -



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



De acordo com sua justificativa, o autismo se caracteriza por uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestando-se por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal, ainda havendo ausência de reciprocidade social e falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

Ainda, menciona que o portador do transtorno apresenta padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Destaca que o diagnóstico precoce e o tratamento são essenciais para a limitação das incapacidades associadas e para a integração social das pessoas com essa deficiência, mencionando que no Brasil, e conseqüentemente a nível estadual, a integração é extremamente precária.

Por fim, aduz a competência legislativa do Estado para dispor da matéria.

O projeto de Lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, porém na forma da emenda modificativa apresentada na oportunidade.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



II - ANÁLISE E VOTO

Conforme mencionado no relatório, o PL visa instituir uma política estadual de proteção aos portadores de Transtorno do Espectro Autista, bem como promover a integração desses na sociedade.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Pois bem,

A Constituição Federal prevê, em seu art. 23, inciso II¹, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

¹ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



O presente projeto de Lei vem, nessa esteira, ao estabelecer regras que garantam a assistência à saúde e a proteção dos direitos dos portadores de transtorno do espectro autista, que constituem parcela específica dos portadores de deficiência.

Não há o que se discutir, portanto, quanto ao mérito da proposição, posto que o atendimento especializado às necessidades diferenciadas dos portadores de deficiência é tão importante que justifica sua explicitação no texto da Lei Maior.

Entendo, portanto, que é de suma importância o estabelecimento de políticas de proteção dos direitos, bem como de ações visando ao atendimento especializado dos portadores de transtorno do espectro autista.

Assim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, do mesmo modo entendo que, em sede desta comissão, não há necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Ante o exposto, me ative exclusivamente ao mérito da proposição em relação à matéria relacionada aos Direitos Humanos, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

1É O VOTO.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei n. 141, de 2012.

Súmula: Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Autor: Deputado Péricles de Mello

FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a Comissão de Educação, com fulcro no art. 33-G do Regimento Interno analisar sobre as matérias relativas à educação e instrução pública ou particular. E o Projeto de Lei em tela quer instituir no âmbito do Estado do Paraná, implantar uma política de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

VOTO DO RELATOR

O parecer desta comissão deve-se ater tão somente quanto ao mérito da proposição em análise. E depois de verificado os preceitos que norteiam a matéria tratada no Projeto de Lei n. 141, de 2012, não vislumbramos nada que pudesse obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo, por atender a conveniência e oportunidade.

Diante do objeto de estudo aqui apresentado, infere-se que a matéria é bastante oportuna e que visa o interesse público. O que somos pela aprovação do referido Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Vistos e analisados o parecer do Nobre Relator, esta Comissão de Educação acata o seu parecer e manifesta-se favorável a tramitação e deliberação do Projeto de Lei n. 141, de 2012.

É o Parecer.

Sala da Comissão de Educação.

Curitiba, 27 de março de 2013.

Adelino Ribeiro Silva
Presidente

Relator



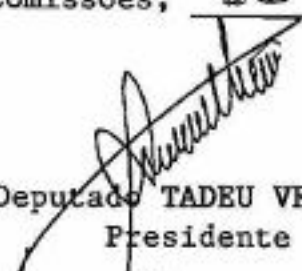
PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

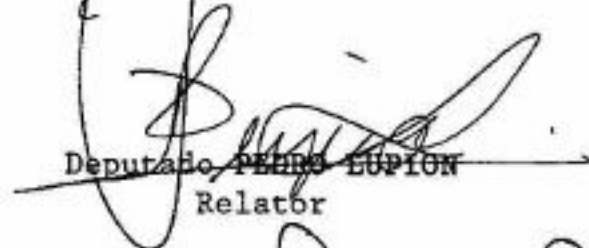


III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 141/2012, de autoria do Deputado Péricles de Mello, em seu mérito no que concerne a competência da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 22 de MARÇO de 2013.


Deputado TADEU VERNERI
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator







PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 26/2013

Súmula: Altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o artigo 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o artigo 2º da referida Lei, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação: "A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos Municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado."

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo, serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao Município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 11.721/1997, terá a seguinte redação: "Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de



20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET)."

Art. 3º O artigo 4º da Lei nº 11.721/1997, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/2004, passará a ter a seguinte redação: "Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o artigo 24, § 1º, IV da Lei nº 11.494/2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado nos municípios."

Art. 4º O artigo 5º da Lei nº 11.721/1997, alterado pelo artigo 3º da Lei nº 14.584/2004, passará a ter a seguinte redação: "As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado."

Art. 5º O artigo 6º da Lei nº 11.721/1997, terá a seguinte redação: "Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o Município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei nº 10.880/2004, artigo 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo."

Art. 6º O artigo 7º da Lei nº 11.721/1997, passará a ter a seguinte redação: "O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor."

Art. 7º O artigo 8º da Lei nº 11.721/1997, terá a seguinte redação: "A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como, a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta lei, implicará na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais."

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.



Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

1 - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em. 10/02/2013

Presidente



MENSAGEM

N° 003/2013

Curitiba, em 06 de fevereiro de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em. 18 FEB 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Com a aprovação da Lei nº 11.721/1997, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE), com o objetivo de melhorar a qualidade educacional e o acesso à educação dos alunos da rede pública de ensino do Paraná.

Essa Lei estabeleceu o modo de transferência e forma de definição dos valores a serem transferidos, bem como assegurou a possibilidade dos municípios celebrarem termo de convênio com o Estado, ajustando a realização do transporte escolar desses alunos e repasse de recursos para suprir as despesas decorrentes dessa atividade.

Por meio da Lei nº 14.584/2004, a Lei de 1997 sofreu sua primeira alteração, com modificação na forma de transferência dos recursos e os mecanismos de controle social.

Desde 2004, muitos avanços foram obtidos na execução do PETE, principalmente foram ampliados os mecanismos de controle social de transferência

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.712.389-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

de recursos, da prestação de contas e, o mais importante, de acompanhamento da qualidade da oferta do transporte escolar em todo o Estado. Destacam-se entre eles:

- a criação do Comitê Estadual do Transporte Escolar, pelo Decreto Estadual nº 2.038, de 20 de julho de 2011, com a função de acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica;
- a instituição dos Comitês Municipais do Transporte Escolar, também desde 2011, em que representantes das escolas estaduais, da Secretaria Municipal de Educação e de pais e professores acompanham e fiscalizam, em nível local, a prestação dos serviços de transporte escolar em seus vários aspectos;
- a implantação do Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET), recurso instrumental, disponível pela *internet* de modo gratuito e aberto para uso institucional, destinado a integrar todos os recursos metodológicos, dados e produtos informativos construídos pelo Governo do Estado e municípios.

É importante mencionar que o SIGET permitiu a transferência de recursos de modo equânime e mais próximo à realidade de todos os municípios, por consolidar todos os dados necessários para o conhecimento do custo do transporte escolar de cada município do Estado. Em 2012, os recursos do PETE foram transferidos tendo por base o custo/aluno/quilômetro de cada município paranaense. Há que ressaltar o significado dessa medida, demanda histórica dos municípios paranaenses, atualmente possível de ser realizada por meio da instituição do SIGET.

Entende-se que esses são avanços significativos no sentido da melhoria da oferta do transporte escolar no Paraná e que não podem sofrer solução de continuidade. Por esta razão é que apresento o presente Anteprojeto de Lei objetivando alterar a Lei nº 11.721/1997. Mesmo com as alterações realizadas em 2004, a lei está aquém da realidade e arranjo institucional em vigor. Os instrumentos constituídos necessitam ser regulamentados, para que não se interrompa esse processo evolutivo na melhoria do transporte escolar do paranaense.

Ademais, há que se reconhecer que a realidade é dinâmica e que os instrumentos legais, jurídicos administrativos e outros são produtos e expressões de sua época. Nessa condição, eles se mantêm livres de ajustes e alterações na proporção em que permanecem compatíveis com a história. E, no caso do Programa

Estadual do Transporte Escolar, a Lei que o instituiu apresenta anacronismos que precisam ser corrigidos.

Vale mencionar que a alteração proposta neste Anteprojeto de Lei não implica em alteração no volume de recursos advindos do Tesouro do Estado para a execução do Programa Estadual do Transporte Escolar.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

13

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 026/2013

Projeto de Lei nº. 026/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 003/2013

Súmula: Altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências

EMENTA: PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR. ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 2º; 3º; 4º; 5º; 6º, 7º E 8º DA LEI ESTADUAL 11.721/97. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder

Executivo, visa alterar os artigos 2º; 3º; 4º; 5º; 6º; 7º e 8º da Lei Estadual nº

Concedido vista.
Em 26/02/2013

Dep. Elton Walter
Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14

11.721 de 20 de maio de 1997 que Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Tais alterações visam uma melhor adequação aos procedimentos e instrumentos constituídos na execução desse programa, que tem o objetivo de melhorar a qualidade educacional e o acesso dos alunos às escolas da Rede Pública de Ensino do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

15

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifos nossos)

Inclusive importante destacar que o Poder Executivo possui plena competência para legislar sobre o assunto a que se refere o presente projeto de lei, de acordo com o que preceitua o inciso IX, do art. 13 da Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

16

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos:

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná dispõe que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, vejamos:

Art. 177. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

17

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO

RELATOR

APROVADO

unanimi 05.03.13



19

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 026/13

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 03/13 que objetiva alterar a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da Rede Pública de Ensino do Estado e adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Wilson Quinteiro e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa objetiva apresentar instrumentos para que não se interrompa o processo evolutivo na melhoria do transporte escolar do paraná.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Oportuno observar, que a Constituição Estadual em seu art. 177, destaca que a educação também é dever do Estado.

Vale ressaltar que, a proposta vem acompanhada do ofício nº 3662/2012-GS/SEED, subscrito pelo Senhor Flávio Arns, Secretário de Estado da Educação, informando que a alteração proposta não implica em



20

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

alteração no volume de recursos advindos do Tesouro do Estado para a execução do Programa Estadual de Transporte Escolar.

Desta forma, a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

3


É o parecer.

Sala das Comissões, 13/03/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


outro


outro



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer
Vice-Presidente: Deputado Adellino Ribeiro
MEMBROS

Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº26/2013

Projeto de Lei nº 26/2012 – Mensagem 03/2013
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 26/2013** de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 03/2013, altera a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado, alterando a redação do item que se refere ao critério específico para o repasse da quota de transporte escolar aos municípios.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 26/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado e a necessidade de adaptação do Programa de Transporte Escolar à realidade atual dos municípios. A Lei 11.721/1997 modificada pela Lei 14.584/2004 é clara no que diz respeito ao critério utilizado atualmente para o repasse da quota do transporte escolar do Estado aos Municípios, baseado única e especificamente ao número de alunos calculado pelo Censo Escolar.

Porém, vale lembrar que hoje a realidade de cada município é diferenciada, a modernidade e o próprio Sistema de Gestão de Transportes (SIGET), permite o alcance de dados mais sólidos que favorecem uma análise criteriosa do custo total por aluno, levando em

consideração a distância percorrida, dificuldades no trajeto e uma adaptação mais próxima da realidade em que estão inseridos. Desta forma o mérito desta proposição altera este item, contemplando uma abrangência maior aos critérios utilizados para o repasse da quota do transporte escolar, priorizando uma análise específica da realidade diária de cada município, sem que para isso haja a necessidade de interrupção nos trabalhos de logística dos alunos.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33 - F do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Com a alteração da proposta, o critério utilizado para o repasse da quota aos municípios deixa de ser baseado única e exclusivamente aos dados do Censo Escolar, passando a contemplar dados gerais obtidos pela Secretaria de Estado, que hoje já permitem uma visão muito maior da realidade inserida em cada município, lembrando que este processo dar-se-á sem a necessidade prejudicial do andamento de qualquer atividade pública específica.

Restando assim, grandes evidências da não existência de qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que a proposta não causa interferência e nem interrupção no transporte diário dos alunos, apenas favorece sua adaptação.

III – CONCLUSÕES

O artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, torna-se relevante neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Cito assim, destaca-se o mérito da matéria em questão, atrelado ao bem comum e a importância desta proposição pela adaptação dos critérios analisados pelo Estado em relação à realidade de cada município. O **Projeto de Lei 26/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ em sua relatoria apresentada pelo Deputado Wilson Quinteiro, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva favorecer os municípios ao utilizar critérios mais amplos para o repasse da quota do transporte escolar, sem que para isso necessite causar interrupção em seu trabalho.



Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 26/2013, em sua forma apresentada.

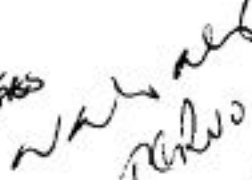


*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 19 de março de 2013.*


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


ADÉLINO RIBEIRO
Relator


JONAS GUIMARÃES


NELSON


ELTON WELTER


PEDRO EDSON
PRACZYK


TERCILIO
TURINI



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 26/2013

Projeto de Lei nº 26/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 03/2013

Súmula: Altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei nº 26/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/2013, tem como objetivo alterar os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Estadual nº 11.721 de 20 de maio de 1997 que instituiu o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Em conformidade com os artigos 29, § 1º, II, 30, § 2º, I e 33-G, todos do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre-nos as obrigações das análises dos Projetos de Leis, quanto ao seu mérito e oportunidade, sempre visando o interesse público.

O projeto de lei em análise vem ao encontro do interesse público uma vez que, se sancionado este projeto pelo Governador, irá contribuir em muito com a educação de nossos alunos em todos os níveis da educação, pois, uma evolução e melhor adequação aos instrumentos de transferência e controle, definem um melhor conhecimento do custo/aluno/quilômetro, que define o custo de cada município podendo assim ter uma distribuição mais equitativa e próxima da realidade dos recursos disponíveis.

Além do mais, o Parágrafo único do art. 2º, também arremete ao interesse público e a moralidade, utilizando o Sistema



de Gestão do Transporte Escolar - SIGET este se mostra eficaz na consolidação de dados, disponíveis de modo gratuitos e abertos.

Sendo assim, a iniciativa da proposta de Lei traz em seu bojo uma relevância social e moral, com avanços na oferta de transporte escolar, distribuição de recursos e controles.

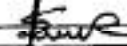
III - VOTO DO RELATOR

Posto isto, e devido à importância da matéria e verificados os preceitos da conveniência, oportunidade e efetividade, entendo que o Projeto de Lei nº 26/2013, vem ao encontro da moralidade e ao interesse público. O que de pronto manifesto pelo **Parecer Favorável** ao mesmo.

IV - CONCLUSÃO

Diante do exposto, e atendendo ao que determina o art. 43, § 2º do Regimento Interno, os membros da Comissão de Educação, acatam o voto do Nobre Relator, e manifestam pelo **Parecer Favorável** ao Projeto de Lei nº 26/2013, pelos aspectos de conveniência, oportunidade, efetividade e interesse público.

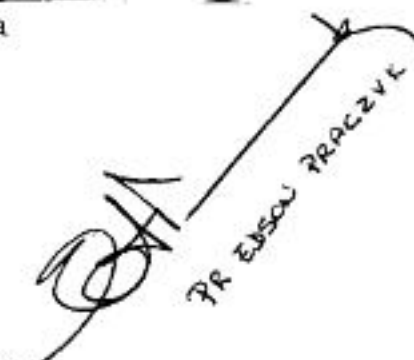
Sala das Comissões.
Curitiba, 25 de março de 2013.


Deputado Adelino Ribeiro Silva
Presidente


Deputado Elie Rusch
Relator


Tereza


Prof. Lenos


PR EDSAI TRACZE